

RELATÓRIO DA

COMISSÃO DE ESTUDO DAS ESCRITURAS

PARA A VIGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA GERAL DA

IGREJA DO NAZARENO

19-28 de Junho de 2013

Indianápolis, Indiana, E.U.A.

Comissão de Estudo das Escrituras

MEMBROS DA COMISSÃO

Gary Bennett, Stephen Dillman, Bradley Estep, Thomas King (chair), Joseph Knight, Melvin McCullough, Jesse C. Middendorf, Thomas Noble, Christian Sarmiento, Arthur Snijders, Alexander Varughese (secretário), e David Wilson; com a preciosa assistência de Stan Ingersol e Shirley Marvin.

INTRODUÇÃO

A Junta de Superintendentes Gerais atribuiu à Comissão de Estudo das Escrituras (SSC) a tarefa de reflectir sobre um total de três resoluções da Assembleia Geral de 2009, e fazer as recomendações apropriadas para acção na Assembleia Geral de 2013. O relatório seguinte começa com a resposta da Comissão à resolução JUD-805 referente ao Artigo IV (As Escrituras Sagradas) dos Artigos de Fé. Será depois seguida pela resposta da comissão à Resolução JUD-802 e à Resolução JUD-816 ambas relativas ao Artigo VI. Expição, dos Artigos de Fé. O relatório termina com uma resolução da Comissão de Estudo das Escrituras sobre o encaminhamento de resoluções futuras abordando os Artigos de Fé.

I. RESPOSTA À RESOLUÇÃO JUD-805 DA ASSEMBLEIA GERAL DE 2009, REFERENTE AO ARTIGO IV (AS ESCRITURAS SAGRADAS)

Resolução JUD-805: referente ao Artigo IV. As Escrituras Sagradas; remover a frase "revelando sem erros a vontade de Deus a nosso respeito em tudo o que é necessário à nossa salvação", e substitui-la com a frase, "revelando tudo sem erros, e a autoridade suprema sobre tudo o que as Escrituras ensinam."

RECOMENDAÇÃO

Rejeitar a Resolução JUD-805 que visa alterar a redacção do Artigo IV. As Escrituras Sagradas. Esta Comissão recomenda deixar este Artigo de Fé tal como está actualmente redigido.

JUSTIFICAÇÃO

As propostas na Assembleia Geral de 2009 para alterar o Artigo IV dos Artigos de Fé nazarenos a fim de afirmar a inerrância total das Escrituras advêm de uma preocupação de dar à Bíblia o seu devido lugar na nossa vida e teologia. Tendo-lhe sido pedido para avaliar estas propostas, a Comissão gostaria de iniciar expressando o seu apreço por esta preocupação e desejo de deixar claro a sua solidariedade com todos aqueles que têm uma visão elevada do lugar da Bíblia na vida da Igreja e de cada cristão. John Wesley declarou ser *homo unius libri*, 'um homem de um livro', e descreveu os metodistas como cristãos-bíblicos determinados a pregar o

'cristianismo bíblico clássico e simples'.¹ Então, nós nos unimos a todos aqueles que afirmam e mantêm a autoridade da Bíblia para a fé e prática, doutrina e ética cristãs. O Artigo IV, como todos os outros artigos, é um artigo de fé e por isso é parte de nossa fé. À luz disso, e nesse espírito apresentamos este relatório.

1. A FORÇA DO ARTIGO IV

Queremos começar por chamar a atenção para a força do actual Artigo IV como uma declaração do nosso compromisso com a autoridade da Bíblia.

(a) Inspiração divina e plena

Primeiro, o artigo afirma claramente a inspiração das Sagradas Escrituras como 'divina' e 'plena': isto significa que *toda* a Bíblia é inspirada, e que é inspirada não apenas no sentido de se dizer que uma obra de arte é "inspirada", mas que o é por Deus. Ao dizer que *toda* a Bíblia é inspirada quer dizer que não podemos tirar textos fora do contexto e citá-los arbitrariamente como "a palavra de Deus." Temos de entender a teologia bíblica como um todo. Também não acreditamos que a inspiração divina anula a autoria humana. Cada livro tem um estilo, vocabulário e expressão idiomática distintos reflectindo os diferentes autores humanos e contextos, seja de Jeremias, Ezequiel, Lucas, Paulo, ou mesmo escritores desconhecidos. Nós não acreditamos numa ideia mecânica de inspiração na qual as suas mentes estavam apagadas e eles se tornaram meras marionetes. Pelo contrário, as suas faculdades mentais foram aumentadas e o seu livre arbítrio guiado pelo subtil e sensível Espírito Santo. Quer estivessem a recolher informação para escrever uma narrativa, ou a editar o que tinha sido previamente escrito, ou a escrever o discurso verbal directamente inspirado pelo Espírito Santo, o resultado foi uma colecção de documentos adequados ao propósito de revelar a vontade e o caminho de Deus, os actos de Deus, e especialmente a revelação de Deus no Seu Filho encarnado.

Concordamos, portanto, com o Cape Town Commitment of the Third Lausanne Congress [Compromisso da Cidade do Cabo do Terceiro Congresso de Lausanne] quando afirmaram na sua confissão de fé:

Recebemos toda a Bíblia como a Palavra de Deus, inspirada pelo Espírito de Deus, falada e escrita através de autores humanos. Nós nos submetemos a ela como autoridade suprema e única, governando a nossa crença e comportamento. Nós testemunhamos o poder da Palavra de Deus em cumprir o Seu propósito de salvação. Afirmamos que toda a

¹ Preface to Sermons [Prefácio aos Sermões], *Works* [BE], vol. 1, página 105, e 'Short History of Methodism,' *Works* [BE], Vol. 9, página 369.

Bíblia é a palavra final de Deus escrita, não podendo ser superada por qualquer outra revelação, mas também nos regozijamos que o Espírito Santo ilumina as mentes do povo de Deus para que a Bíblia continue a falar a verdade de Deus de novas maneiras para as pessoas em cada cultura.²

Nós endossamos com firmeza a ênfase deste Cape Town Commitment [Compromisso da Cidade do Cabo] de que amamos a Palavra de Deus porque amamos a Deus, amamos o Seu mundo, amamos o Evangelho, amamos povo de Deus, e amamos a missão de Deus.

(b) Revelando sem erros a vontade de Deus

Em segundo lugar, o Artigo IV diz claramente que as Sagradas Escrituras revelam a vontade de Deus *sem erros*. Isso significa que o que a Sagrada Escritura nos diz sobre Deus e Seus actos e propósito de salvação não pode ser anulado por qualquer filosofia, metafísica, ou ética meramente humana. A razão humana e a cultura estão decadentes e, portanto, são suspeitas quando se trata de discernir a vontade de Deus, mas cada um de nós pode confiar na palavra de Deus que nos foi dada na Sagrada Escritura como "lâmpada para os meus pés e luz para o meu caminho" (Salmo 119:105). A razão e experiência humana podem guiar-nos em muitas coisas, mas quando se trata das coisas de Deus (que moldam toda a vida), elas devem curvar-se ao que Ele nos revelou nas Escrituras inspiradas. Esta crença é o que é normalmente conhecido como a 'infallibilidade' da Escritura, de que 'sem erros revela a vontade de Deus em todas as coisas necessárias à salvação', que é distinto de 'inerrância' absoluta em cada detalhe factual. Isto implica que, enquanto o Espírito Santo nos guia ao ouvirmos a voz de Deus falando-nos através da Escritura, nenhuma reivindicação sobre revelações privadas sobre a verdade de Deus que são adicionadas à Escritura é aceitável.

Isto não implica, contudo, que somos infalíveis na nossa interpretação da Bíblia. Alguns cristãos pensam que estão apenas afirmando o que a Bíblia diz, mas isso é ingénuo. Quer gostemos ou não, todo cristão está de facto envolvido em *interpretar* a Bíblia. Portanto, devemos interpretar cada palavra na sua frase cada frase no seu parágrafo, cada parágrafo dentro do argumento do livro como um todo, e cada livro bíblico dentro das Escrituras como um todo. Nós interpretamos o Novo Testamento no contexto do Antigo Testamento, e o Antigo Testamento à luz do Novo Testamento e,

² *Cape Town Commitment: A Confession of Faith and a Call to Action* (The Lausanne Movement, 2011) [Compromisso da Cidade do Cabo: A Confissão de Fé e uma chamada à acção (O Movimento de Lausanne, 2011)].

particularmente, como revelação progressiva que nos leva até a revelação final de Deus em Jesus Cristo. Nós seguimos a orientação dos credos antigos da Igreja ao interpretarmos juntos as Escrituras. Tudo isso requer não apenas cuidado acadêmico, mas também dependência do Espírito Santo. Esperamos que todos os pregadores e professores, em particular, sejam comprometidos com a interpretação das Escrituras dada nos credos antigos e os Artigos de Fé, mas em outros assuntos afirmamos que há liberdade de interpretação, desde que seja dentro de um espírito de lealdade para com a Igreja. Ao interpretarmos juntos as Escrituras dentro da comunhão da Igreja, olhamos para o Espírito Santo para nos guiar no futuro para “a vontade de Deus, que é boa, agradável e perfeita” (Romanos 12:2).

(c) Todas as coisas necessárias para a nossa salvação

Em terceiro lugar, isso traz-nos ao ponto em que o Artigo IV torna claro o propósito da Escritura Sagrada: que revela a vontade de Deus “... em todas as coisas necessárias para a nossa salvação ...” John Wesley foi muito claro que o propósito de ser uma pessoa ‘de um só livro’ era para encontrar ‘o caminho para o céu.’ A Bíblia não é para ser tratada como um almanaque ou um livro de magia ou um livro de texto de história ou ciência. A sua verdade é expressa nas formas de pensamento do mundo antigo, na sua cultura, contexto, geografia, cosmologia e linguagem. Mas, por outro lado, a acção de Deus na *história* de Israel e supremamente na vida, morte e ressurreição do Senhor Jesus Cristo é ‘necessária para a nossa salvação.’ Assim, é parte da nossa fé que a Bíblia é o relato dado por Deus sobre os actos de Deus no espaço e tempo histórico e, portanto, parte integral da revelação de Deus na história e unicamente no Senhor Jesus Cristo. E, embora a ciência progrida pelo estudo do ‘livro da natureza’ em vez de pelo estudo da Bíblia, a ciência moderna surgiu numa cultura cristã, a partir de convicções cristãs, e em última análise nós acreditamos que tudo o que sabemos através da ciência pode ser visto como mais do que compatível com tudo o que nos tem sido revelado através da Escritura Sagrada.

Fé na palavra do evangelho da salvação também implica obediência à lei de Deus. Viver intencionalmente violando a lei de Deus, como interpretada por Jesus e os apóstolos é a negação antinomiana da fé. A ética cristã é formulada pela interpretação que a Igreja faz da Escritura Sagrada guiada pelo Espírito Santo, e levando em conta a sabedoria da Igreja através dos tempos.

(d) O que não é da Sagrada Escritura não pode ser uma doutrina da Igreja

Em quarto lugar, a ultima clausula do Artigo IV é, talvez, a mais forte de todas. A sua redacção deriva (através dos Vinte e Cinco Artigos de Wesley) do Artigo VI dos Trinta e Nove Artigos da Igreja de Inglaterra:

A Escritura Sagrada contém todas as coisas necessárias para a salvação; de modo que tudo o que não é lido nela, nem possa desse modo ser provado, não deve ser exigido de qualquer homem [sic], que deva ser crido como um artigo de fé, ou ser pensado como requisito necessário à salvação.

Isto afirma um dos princípios cardeais da Reforma, *a sola scriptura*, que a Escritura Sagrada é a única fonte de doutrina cristã. Ele diz que só o que se lê na Escritura ou é provado a partir das Escrituras pode ser exigido como artigo de fé ou é necessário para a salvação. Claro que, como wesleyanos sabemos (como fazem as outras principais tradições teológicas na Igreja) que a Escritura tem de ser interpretada. Nós interpretamos as Escrituras, guiados pelas *tradições* da Igreja, à luz da nossa *experiência* como povo de Deus, e usamos a *razão* santificada. Mas de acordo com esta afirmação nenhum destes pode ser *em si mesmo* a fonte ou a base para a doutrina cristã, e à medida que olhamos para os outros Artigos de Fé nazarenos, vemos que isto é de facto verdade. Eles são todos derivados da Escritura. A tradição cristã ajuda-nos hoje a interpretar as Escrituras, e a razão e a experiência humanas estão envolvidas nesta interpretação e na articulação das nossas doutrinas. A razão e a experiência moldaram a forma como estes Artigos de fé foram formados e ainda moldam a nossa forma de expressar nossas doutrinas e podem mesmo corroborá-las. Mas toda doutrina que professamos juntos como denominação nos nossos Artigos de Fé é de facto baseada e derivada da Escritura Sagrada.

Essa é a força do Artigo IV, portanto, que, como Comissão acreditamos que quando é totalmente compreendida, é uma guarda boa e suficiente contra qualquer teologia desviante da Escritura Sagrada. A sua força e clareza precisam ser entendidas e apreciadas por todos que pregam nos púlpitos nazarenos e ensinam em escolas/universidades nazarenas. A Comissão, portanto, acredita que não é apenas desnecessário, mas que seria infiel à tradição wesleyana, incompatível com a teologia wesleyana, e injustificada pelas próprias Escrituras, adicionar qualquer afirmação de que as Escrituras são ‘inerrantes em tudo’, não só em revelar a vontade de Deus para a nossa salvação, mas em determinar a verdade de qualquer afirmação. Isso seria desviar a Bíblia de ser a palavra salvífica de Deus para ser um almanaque ou enciclopédia. Ao dizer que as Escrituras são ‘a autoridade suprema sobre tudo o que a Escritura ensina’ apenas levanta a questão sobre o que exactamente as Escrituras ensinam, e existem inúmeras disputas não resolvidas entre os cristãos (e mesmo entre os nazarenos) sobre isso. Afirmar a completa exactidão factual detalhada e literal de cada parte da Escritura (‘inerrante em tudo’), criaria mais problemas do que resolveria e desviaríamos pessoas

para disputas desnecessárias, perturbadoras e fúteis.

Para apoiar esta conclusão, precisamos expandir sobre este paragrafo chave. Nós precisamos entender de onde vem essa procura pela 'inerrância' detalhada e completa, porque é desnecessária e enganadora, e qual tem sido a perspectiva dos teólogos nazarenos.

2. A ORIGEM CALVINISTA DA AFIRMAÇÃO DE INERRÂNCIA DETALHADA

O debate sobre a 'inerrância' tem sido particularmente forte na América do Norte durante as últimas décadas, provocada em 1974 pelo livro escrito por Harold Lindsell, *The Battle for the Bible [A Batalha pela Bíblia]* e, a princípio, pode parecer que a afirmação deste tipo de inerrância é louvável. No entanto, é necessário entender que esta afirmação da inerrância completa da Escritura em todos os detalhes ('inerrância em tudo') vem de uma tradição calvinista em particular. É parte de um método teológico calvinista em particular, e não pode ser entendido aparte do seu lugar no racionalismo que muitas vezes caracteriza essa teologia. Os teólogos calvinistas que ensinaram na Universidade de Princeton, nos séculos XIX e princípio de XX, Charles Hodge (1797-1878) e B. B. Warfield (1851-1921), herdaram esta afirmação de calvinistas anteriores, como o teólogo suíço-italiano, Francis Turretin (1623-1687), e vem directamente das suas preocupações calvinistas. Na sua batalha com os católicos romanos, os teólogos calvinistas do século depois de John Calvin [João Calvino] defenderam a autoridade da Bíblia, a fim de se oporem à autoridade do papa e dos cardeais. A sua estratégia apologética levou-os a afirmar a autoridade da Bíblia como base para a fé em Cristo em vez de algo implícito pela fé em Cristo. O método deles procurou primeiro estabelecer a verdade e autoridade da Bíblia, para então desenvolver sobre isso a fé em Cristo. Persuasão intelectual e apologética, portanto, vieram primeiro. Alguns luteranos desviaram-se de Martin Luther [Martinho Lutero], tomando uma posição semelhante. Assim, muitas das confissões reformadas no período pós-Reforma começaram com o Artigo de Fé sobre a Bíblia. Foi nesse contexto que começaram a afirmar a inerrância da Bíblia. Ao manterem o seu método dedutivo em teologia, eles argumentaram que uma vez que Deus era perfeito, e como a Bíblia veio Dele, a Bíblia deve ser 'perfeita', no sentido de se apresentar sem qualquer erro no mínimo detalhe. Foi um pressuposto que trouxeram para a Bíblia em vez de uma conclusão a partir do estudo do texto bíblico em si. Nem todos os calvinistas tomaram esta posição. As tradições calvinistas holandesas e escocesas (Hermann Bavinck, Abraham Kuyper, e James Orr) são diferentes e mais próximas de John Calvin [João Calvino] e dos Reformadores. A insistência na inerrância foi particularmente forte entre os calvinistas americanos, talvez isto ajude a explicar porque o fundamentalismo é um fenómeno predominantemente americano.

Os reformadores continentais, John Calvin [João Calvino], Martin Luther [Martinho Lutero], Ulrich Zwingli e os outros, não fizeram tal afirmação, e tal afirmação não é feita no Artigo VI dos Trinta e Nove Artigos da Igreja de Inglaterra. Esta foi uma nova reivindicação no

período pós-Reforma. Para os reformadores, foi a fé em Cristo que levou a confiar na Bíblia. Martin Luther [Martinho Lutero] proclamou primeiro justificação pela fé (*sola fide*) e foi só quando ele percebeu que o Papa rejeitou esta posição que ele viu a necessidade da Igreja estar sujeita à Bíblia (*sola scriptura*). Para estes teólogos posteriores na tradição calvinista, a fé na inerrância da Bíblia tornou-se a base para a fé em Cristo. Foi a partir desta tradição calvinista, passada através dos teólogos calvinistas do século XIX em Princeton, que os fundamentalistas da década de 1920 herdaram sua crença na inerrância total e detalhada da Escritura. Harold Lindsell tentou levar todos os cristãos evangélicos a esta crença particularmente calvinista na década de 1970 e dividiu seriamente o cristianismo evangélico, pelo menos nos Estados Unidos, se não em outros lugares. Todo este desenvolvimento com a sua preocupação com os fatos inerrantes detalhados, demonstra o quanto a tradição calvinista foi moldada pela modernidade racionalista.

Os wesleyanos são mais fieis à Reforma original. Nós sabemos que não somos levados à fé por ter a certeza na inerrância da Bíblia provada para nós, mas que a nossa fé em Cristo é o que nos leva a confiar em Seus mensageiros, os profetas e apóstolos, e todos os que escreveram as Escrituras Sagradas. Não é que estamos comprometidos como denominação para a visão oposta, de que cremos que as Escrituras *não* são confiáveis ou que *não* são historicamente confiáveis. Não: estamos comprometidos com a crença de que as Escrituras nos dão uma narrativa *suficientemente* precisa da acção de Deus na história de Israel e, particularmente, no nascimento, vida, morte e ressurreição corporal do Senhor. É que nós não pensamos que o destaque da questão da inerrância factual *detalhada* é útil ou necessário para insistir na plena autoridade e confiabilidade da Escritura Sagrada.

O Artigo VI dos Trinta e Nove Artigos da Igreja de Inglaterra é, portanto, intitulado 'A Suficiência da Escritura Sagrada', e este conceito de 'suficiência' também aparece no título do Artigo Cinco dos Vinte e Cinco Artigos que John Wesley deu ao Metodismo americano.³

3. PORQUE ESTA CRENÇA CALVINISTA É O CAMINHO ERRADO PARA AFIRMAR A AUTORIDADE DA ESCRITURA

Há duas desvantagens graves em afirmar a autoridade das Escrituras, alegando a inerrância factual detalhada da Escritura em vez de sua 'suficiência.' Primeiro, o conceito de "erro" não é útil, uma vez que é impossível definir o que constitui um 'erro'. A palavra parece implicar a necessidade de precisão absoluta, mas que grau de precisão é adequado? Insistimos no tipo de

³ Para a importância deste conceito de 'suficiência' para a salvação, leia Paul Merritt Bassett, 'A Identidade Teológica do Movimento de Santidade Norte-Americana: Sua compreensão da Natureza e Papel da Bíblia,' *Variedades de Evangelho Americano* (Knoxville, TN, 1991), páginas 72-108, especialmente páginas 76-79.

precisão da linguagem científica moderna, que é estranha a toda a literatura antiga? Os números aproximados são aceitáveis? Deve toda a narrativa cumprir uma precisão cronológica rigorosa? São as metáforas e parábolas proibidas? Vamos insistir que as histórias que Jesus contou devem ser factualmente precisas? Mesmo se aceitarmos que as Escrituras estão repletas de metáforas e parábolas e outras figuras de linguagem, vamos decretar onde todos devem traçar a linha – o que é facto literal e o que é metáfora e parábola, poesia e visão? O conceito de ‘erro’ é uma palavra *absolutista* aplicada a algo que é necessariamente uma questão de grau, e é, consequentemente, um pesadelo, uma vez que nos leva directamente a questões francamente tolas e fúteis. Esse é o segundo ponto aqui: este conceito equivocado de ‘inerrância’ detalhada desvia a atenção para debates inúteis sobre detalhes sem importância. Foi Abiatar ou Abimeleque que era sumo sacerdote quando Davi comeu os pães? Havia dois anjos no sepulcro, ou havia apenas um? Havia várias mulheres no túmulo na manhã de Páscoa ou havia apenas uma? Será que Judas se enforcou ou ele morreu de alguma outra forma? Há inúmeros debates sobre pontos que não têm nenhuma relação com a verdade do evangelho e que são um desperdício de tempo. Porque estamos lidando com literatura antiga, muitas vezes não temos informações suficientes para determinar se uma aparente contradição é realmente uma contradição ou não. Ao afirmar inerrância completa, portanto, corremos o risco de ser distraídos com argumentos mesquinhos e sem proveito, como os de Éfeso que debateram "mitos e genealogias que promoveram vãs especulações" e que "se afastaram em discussões vãs" (1 Timóteo 1:4-6).

O que nos convence da verdade da Escritura é que quando esta é pregada no poder do Espírito ficamos cara a cara com o Senhor. Nós não só sabemos ‘que ele morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras, e que foi sepultado, e que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, que apareceu a Cefas, depois aos 12’ (1 Coríntios 15: 3-5). Paulo dá-nos estes relatos como os factos centrais do evangelho, e nós acreditamos que não há nenhuma boa razão para duvidar de sua historicidade. Mas não é apenas uma questão de serem dados factos precisos. É antes que através desta narrativa, vimos a encontrar e conhecer e confiar e colocar nossa fé no Senhor ressuscitado. Essa é a maneira como a narrativa do evangelho traz convicção quando evangelizamos - não em persuadir o que busca que podemos determinar com precisão quantos anjos estavam no túmulo. A autoridade das Escrituras é validada pelo Espírito Santo à medida que nós contamos a ‘história antiga’.

Nós respeitamos os nossos irmãos e irmãs que amam a Escritura e querem defender a sua autoridade, mas como wesleyanos é nossa convicção de que a tentativa em o fazer desta forma calvinista é a maneira errada de fazê-lo.

1. A VISÃO UNIDA DOS TEÓLOGOS NAZARENOS

É verdade que, no auge da batalha fundamentalista-modernista na década de 1920, os

líderes nazarenos expressaram a sua solidariedade com os fundamentalistas. Perante a alternativa, uma teologia modernista/liberal em que (como H. Richard Niebuhr escreveu), "Um Deus sem ira trouxe homens sem pecado para um reino sem julgamento por meio das ministrações de um Cristo sem a cruz," não é surpreendente que os nazarenos apoiassem a anterior! Mas o principal teólogo da denominação, H. Orton Wiley, teve uma compreensão mais profunda dessas questões.⁴ Os wesleyanos estavam comprometidos em afirmar a autoridade da Bíblia contra o modernismo, mas não de forma simplista pela qual os fundamentalistas tentaram fazê-lo. Paul M. Bassett escreveu que, seguindo a tradição dos teólogos wesleyanos, como Richard Watson, W.B. Pope e John Miley, "Wiley claramente entra nas listas contra o liberalismo teológico americano de um lado e contra o fundamentalismo no outro."⁵ Na sua *Christian Theology* [Teologia Cristã], ele critica os escolásticos protestantes no século depois da Reforma por eles começarem "a substituir a palavra escrita por Cristo, a Palavra Viva." No contexto em que ele escreveu, é claro (como Paul Bassett argumenta) que H. Orton Wiley estava também a criticar os fundamentalistas de sua época que herdaram a sua visão da inerrância detalhada da Bíblia do calvinismo académico.⁶ Ele foi mais longe a ponto de alertar contra três 'monarcas valiosos' a quem podemos erroneamente dar uma falsa posição no lugar de Cristo, a Palavra viva: a igreja, a Bíblia, e a razão. Há boa razão para concluir que foi H. Orton Wiley quem redigiu o Artigo IV, na Assembleia Geral de 1928, o que é por si só uma boa razão pela qual o Artigo IV não deve ser alterado.

Timothy L. Smith, numa carta ao editor da revista *Christianity Today* publicada em 10 de Março de 1978 da mesma forma manteve que os wesleyanos rejeitam tanto a posição 'liberal' ou 'modernista' e também a visão estreita da inerrância da Escritura associada a B. B. Warfield e Harold Lindsell. Timothy Smith escreveu: '...nós wesleyanos encontramos-nos numa tradição evangélica mais antiga e mais ampla do que aquela representada pelo escolasticismo moderno neo-calvinista.' Numa carta ao editor do *The Christian Century*, ele afirmou que 'as raízes da visão não-fundamentalista da autoridade escriturística aceite por muitos evangélicos' vem dos escritos dos reformadores, e que a visão de Hodge-Warfield da inerrância nunca foi aceite por líderes evangélicos como William Booth, Adoniram J. Gordon, Dwight L. Moody, ou os líderes da

⁴ Quanto à maneira em que as preocupações fundamentalistas invadiram o movimento de santidade e da Igreja do Nazareno por um tempo, leia Paul Merritt Bassett, 'The Fundamentalist Leavening of the Holiness Movement, 1914-1940: The Church of the Nazarene: A Case Study,' [A Fermentação Fundamentalista do Movimento de Santidade, 1914-1940: A Igreja do Nazareno: Um Estudo de Caso, *Wesleyan Theological Journal* (WTJ) 13:01 (1978), páginas 65-91, e Stan Ingersol 'Strange Bedfellow: The Nazarenes and Fundamentalism.' (Canteiros de Flores Estranhas: os Nazarenos e o Fundamentalismo), WTJ 40:2 (2005), páginas 123-141.

⁵ Bassett, 'Theological Identity' [Identidade Teológica], cf. 91.

⁶ Bassett, 'Theological Identity' [Identidade Teológica], 91-94, referindo-se a Wiley, *Christian Theology* [Teologia Cristã], páginas 1:140-142.

Associação Nacional de Santidade. Ele rejeitou os esforços contemporâneos dos defensores da inerrância da Bíblia, Harold Lindsell e Francis Schaeffer, 'em impor sobre os evangélicos modernos uma visão da Escritura que Jesus e Paulo renunciaram ao judaísmo rabínico'.⁷

Da mesma forma, Ralph Earle cita um dos primeiros teólogos nazarenos, A. M. Hills, que a Bíblia é infalível no que ela afirma acerca de Deus e a salvação, não na inerrância detalhada:

Qual é a infalibilidade que nós reivindicamos para a Bíblia? É infalível no que respeita ao propósito para o qual ela foi escrita. É infalível como uma revelação do amor salvador de Deus em Cristo a um mundo perverso. Ela infalivelmente orienta todas as almas honestas e dispostas na sua busca de Cristo, a santidade, e o céu.⁸

Ralph Earle continua a defender um colega escolástico evangélico que aceitou existirem erros na Bíblia quanto à retórica, história e ciência. Ao mesmo tempo, ele pensou que este colega fez mais concessões do que precisava e tinha aceite que haviam contradições factuais, onde os relatos históricos poderiam ser harmonizados com uma hermenêutica cuidada.⁹

J. Kenneth Grider rejeitou semelhantemente a inerrância detalhada. Ele toma nota de uma frase de Wesley citada por Harold Lindsell que parece ensinar a inerrância detalhada, mas argumenta que, quando essa frase é considerada no contexto de toda a teologia de Wesley, ele não ensinou a inerrância como parte de seu método teológico na forma do calvinismo escolástico. J. Kenneth Grider argumenta: "... a própria Escritura não está interessada na inerrância. Ela reivindica a inspiração, mas a inerrância – pelo menos, não para a inerrância total. "

J. Kenneth Grider analisa essa alegação à inspiração em 2 Timóteo 3:16, e salienta que de acordo com o texto, é inspiração especificamente para o ensino (doutrina) e prática.¹⁰

Rob L. Staples contrasta o wesleyanismo com o fundamentalismo, que surgiu em solo calvinista e insiste na 'inerrância epistemológica'. O wesleyanismo funciona de forma diferente e tem uma visão que ele chama 'inerrância soteriológica'.¹¹ Noutro artigo, ele começa com a frase de Martin Luther [Martinho Lutero]: 'A Bíblia é a manjedoura em que Cristo é colocado'. Rob Staples comenta:

O ponto da analogia de Martin Luther [Martinho Lutero] é que Cristo,

⁷ Timothy L. Smith, "Reader's Response: Determining Biblical Authority's Base", [Resposta do Leitor: Determinação a Base da Autoridade Bíblica], *The Christian Century* 95 (2 de março de 1977): página 198.

⁸ A.M Hills, *Fundamental Christian Theology* [Teologia Fundamental Cristã], Pasadena: CJ Kline, 1931, página I: 134.

⁹ Ralph Earle, "Further Thoughts on Biblical Inspiration," *Journal of the Evangelical Theological Society*, [Pensamentos adicionais sobre a inspiração bíblica, *Jornal da Sociedade Teológica Evangélica*], vol. 6, No. 1 (Inverno 1963): páginas 7-17, (especialmente a página 15).

¹⁰ J. Kenneth Grider, 'Wesleyanism and the Inerrancy Issue,' *WTJ* [Wesleyanismo e o problema da inerrância] 19:02 (1984), páginas 52-61.

¹¹ Rob L. Staples, 'Inerrancy' [Inerrância], *Holiness Today*, Junho de 1998, página 5.

que é a Palavra Viva, pode ser encontrado na Bíblia, que é a Palavra escrita. Mas o último é um instrumento apontando para o anterior, e, portanto, não um fim em si mesmo.¹²

Paul M. Bassett argumentou num artigo sobre a compreensão da Bíblia no movimento de santidade, que a sua história e lógica interna levaria a concluir 'que uma posição como a de Lindsell [inerrância detalhada] é teológica e espiritualmente irrelevante'. Paul Bassett continua:

Sua história e lógica interna levaria a concluir que, se o termo inerrância for usado, como é colocado, refere-se ao serviço da Bíblia como a criação singular do Espírito Santo, planeada por esse Espírito para levar a convicção do pecado, as novas da salvação plena em Cristo, e a instrução certa de como se relacionar com Deus e com o próximo, em justiça e verdadeira santidade. Nessas coisas a Bíblia deve ser entendida como inteiramente inerrante.

Paul Bassett passa então a descartar a inerrância mais detalhada ('inerrância em todos os detalhes'):

O movimento concluiu que, uma vez que exactidões empíricas ou científicas certamente não são soteriologicamente conclusivas e nem sequer são metafisicamente conclusivas, devem ser consideradas em termos de algo diferente da exactidão científica em si mesma.... A maioria das pessoas que crêem na doutrina de santidade insistirão que todas essas questões devem submeter-se à questão do propósito final da própria Escritura, que não é o conhecimento absolutamente preciso de todas as coisas no céu e na terra, mas suficiência soteriológica.¹³

H. Ray Dunning observa que alguns evangélicos baseiam a autoridade da Bíblia na sua inerrância, mas conclui que 'tais defesas racionalistas são menos do que convincentes'.¹⁴ H. Ray Dunning prossegue citando A.M. Hills, Clark H. Pinnock, Richard S. Taylor, H. Orton Wiley, e até mesmo John Calvin [João Calvino] para apoiar a perspectiva alternativa da autoridade da Bíblia, que estamos convencidos dela que pelo *testimonium internum Spiritus Sancti*, o testemunho interno do Espírito Santo. Isto ele vê como um aspecto da doutrina da graça preveniente graça.¹⁵

Temos de concluir, então, que os teólogos nazarenos, como um todo, com poucas ou

¹² Rob L. Staples, 'Scripture' [Escritura], *Holiness Today*, Dezembro de 1998, página 11.

¹³ Paul Merritt Bassett, 'Theological Identity' [Identidade Teológica], 94f.

¹⁴ H. Ray Dunning, *Grace, Faith, and Holiness* [Graça, Fé e Santidade] (Kansas City: Beacon Hill, 1988), página 62.

¹⁵ *Ibid*, páginas 58-65.

nenhumas exceções, são totalmente contra a ideia de que temos de afirmar a inerrância factual detalhada e completa da Escritura Sagrada, a fim de defender a sua autoridade. Como um corpo, eles estão totalmente comprometidos com a autoridade dela em matérias de fé e prática, doutrina e ética. A questão de saber se a Bíblia é totalmente exacta em cada afirmação não é, portanto, algo em que a Igreja precise pronunciar-se de uma ou de outra forma nos seus Artigos de Fé oficiais, pois isso é bastante irrelevante.

Dois editores do *Herald of Holiness* [Arauto da Santidade] apresentaram um óptimo argumento em como o presente Artigo de Fé IV é bem amplo. W.E. McCumber comentou em 'The Answer Corner' [O Canto das Respostas] que o Artigo IV "não nos compromete a favor ou contra a inerrância total, e, como seria de esperar, há defensores de ambos os conceitos de 'inspiração plenária' que podem ser encontrados entre nós". Ele mesmo concluiu, 'Não é sem erros, mas atingirá infalivelmente o seu propósito quando o Espírito Santo a usa para convencer do pecado e chamar para Cristo, tornando possível a nossa salvação'.¹⁶ Wesley Tracy, em 'The Question Box' [Caixa de Perguntas], deixou claro seu ponto de vista que a perspectiva da inerrância "tornou-se a marca registada e grito de guerra da ala direita e rígida dos fundamentalistas calvinistas" e não pertence à tradição wesleyana. No entanto, ele comenta que o Artigo IV é bastante "abrangente": e que tanto o fundamentalista rígido que acredita na inerrância pode ser favorável ao artigo, enquanto aqueles que "têm uma perspectiva menos rígida...também têm espaço".¹⁷

Isto traz-nos a um pensamento final. Não só a vista da inerrância detalhada está em desacordo com a teologia wesleyana, e é repudiada pelos principais teólogos nazarenos, mas se o Artigo IV fosse alterado para restringir-nos a essa perspectiva particular da Escritura, a amplitude actual, que pode englobar os dois pontos de vista, seria substituída por esta perspectiva fundamentalista mais estreita. Uma vez que os teólogos nazarenos e os estudiosos da Bíblia como um todo se colocariam em oposição muito forte a esse estreitamento do presente Artigo de Fé, assim como seria o caso de muitos líderes, pastores e leigos, um movimento como este ameaçaria uma divisão muito séria na denominação. A divisão, crise grave e dor vistas em outras denominações indicam que esta acção poderia ter resultados muito graves para a nossa unidade e poderia causar sérios danos à Igreja do Nazareno.

Por todas estas razões, a Comissão recomenda firmemente que estas alterações devem ser rejeitadas. Os nazarenos estão comprometidos com o presente Artigo IV para a suficiência da Escritura Sagrada, a sua autoridade final em todas as questões cristãs de fé e vida, na doutrina e na ética. Isto é tudo o que precisamos dizer.

¹⁶ W.E. McCumber, *Herald of Holiness* [Arauto da Santidade], 15 Março, 1985, página 31.

¹⁷ Wesley Tracy, *Herald of Holiness* [Arauto da Santidade], Janeiro de 1992, página 33.

II. RESPOSTA À RESOLUÇÃO JUD-802 E RESOLUÇÃO JUD-816 REFERENTE AO ARTIGO VI (EXPIAÇÃO)

INTRODUÇÃO

Em 2001, 2005 e 2009, cada Assembleia Geral recebeu resoluções sobre a terminologia do Artigo VI. Expição. Em 2001, três resoluções vieram dos delegados que procuravam alterar o termo "meritória" para "sacrificial" ("... pela Sua morte [meritória] sacrificial na cruz ..."). A comissão legislativa designada para estudar as resoluções fez alterações, e recomendou a remoção de ambos os termos ("meritória" e "sacrificial") da declaração. A Assembleia Geral de 2001 e os distritos aprovaram a resolução alterada, portanto, nem "meritória", nem "sacrificial" aparecem na declaração actual deste Artigo de fé ("...pela Sua morte na Cruz ..."). Em 2005 e 2009, cada Assembleia Geral recebeu resoluções para restaurar o termo "meritória" ao Artigo VI ("... pela Sua morte meritória na Cruz ..."). Em ambos os casos, as resoluções foram encaminhadas para a Junta de Superintendentes Gerais (BGS) para estudo mais aprofundado. A Junta de Superintendentes Gerais por sua vez, atribuiu à Comissão de Estudos da Escritura a tarefa de reflectir sobre as duas resoluções do Artigo VI da Assembleia Geral de 2009, e então fazer as recomendações apropriadas para a acção da Assembleia Geral 2013.

Resolução JUD-802: procura reinserir o termo "meritória" à redacção do Artigo da Fé VI. Expição ("por sua morte meritória na Cruz").

Resolução JUD-816: procura alterar a redacção do Artigo de Fé VI. Expição, incluindo várias "referências ao amor de Deus, como um factor de motivação na expiação (João 3:16) e referências mais amplas para outros aspectos da expiação".

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

Recomendação 1: Rejeitar a Resolução JUD-802, que visa inserir o termo "meritória" na redacção do Artigo da Fé VI. Expição. Esta Comissão recomenda deixar o Artigo de Fé VI como está actualmente.

Recomendação 2: Rejeitar a Resolução JUD-816, que visa alterar a redacção do Artigo de Fé VI, incluindo várias "referências ao amor de Deus, como um factor de motivação na expiação (João 3:16) e referências mais amplas para outros aspectos da expiação". A Comissão recomenda deixar o Artigo de Fé VI como está actualmente.

Recomendação 3: A Comissão recomenda que a Assembleia Geral de 2013 convoque as várias instituições da Igreja do Nazareno para organizar e produzir estudos, conferências e materiais escritos destinados a expor o conceito de expiação, enriquecendo assim a compreensão e fé da Igreja e da fé.

FUNDAMENTAÇÃO

Ampla gama de provisões da expiação. A Bíblia usa uma grande variedade de imagens para capturar as varias dimensões da morte expiatória de Cristo na cruz. Estas incluem sacrifício,

resgate/redenção, propiciação, satisfação, substituição, influência moral, entre outras. Estes modelos expressam pontos de vista vários sobre os papéis da ira de Deus e do amor de Deus em relação à expiação. Claramente, nenhum desses pode exibir o mosaico total das provisões oferecidas à humanidade pecadora por meio da expiação. Assim, é adequado que o Artigo de Fé VI evite terminologia que confira uma atenção desproporcionada a uma imagem com a exclusão ou a negligência de outras. É no interesse de proteger a natureza abrangente de amor magnânimo de Deus demonstrado na cruz e a unidade da Igreja, resultante da sua graça comum, que a Comissão faz esta recomendação.

Além disso, o Artigo de Fé sobre a morte expiatória de Cristo não pode ser lido sem as verdades bíblicas expressas em outros Artigos de Fé sobre o pecado da humanidade, a nossa necessidade de justificação e santificação plena, o julgamento e a justiça de Deus, e a renovação de toda a criação. A morte de Cristo responde abundantemente às realidades do homem e à necessidade da criação para reconciliação com o nosso Deus santo e uns com os outros (Romanos 5:15-17).

Linguagem concisa nos Artigos de Fé da Igreja. Os Artigos de Fé da Igreja procuram reflectir duas preocupações: 1) comunicar os elementos essenciais da fé de cada doutrina, e 2) evitar terminologia que subtrai ou excede ao que é pertinente para a exposição de uma doutrina individual. Portanto, os Artigos de Fé foram cuidadosamente elaborados, e são intencionalmente concisos. Assim, acreditamos que é apenas necessário afirmar a verdade central da doutrina expressa nos Artigos da Fé actuais.

Desnecessário reintegrar "meritória." Há boas razões para que não seja necessário reintegrar "meritória:" 1) A palavra "meritória" não era importante na própria pregação de John Wesley na doutrina da expiação e não é apresentada como um termo importante na sua doutrina de acordo com os principais estudiosos históricos contemporâneos (Collins, Maddox, Williams), 2) a palavra "meritória" não é destacada na teologia do H. Orton Wiley, embora os conceitos de satisfação, substituição e propiciação sejam, e 3) a palavra "meritória" não é em si uma palavra bíblica.

Suficiência da declaração actual. As palavras "meritória" e "sacrificial", sendo adequadas, são desnecessárias já que o que elas dizem já está incluído na própria palavra 'expiação'. O termo 'expiação' inclui o conceito-chave que Cristo ofereceu-se a Si mesmo como o sacrifício através do qual nós somos reconciliados com Deus e, portanto, merecemos (ou 'ganhamos' ou 'conquistamos' - Hebreus 9:12) a nossa redenção através de Sua obediência.

CONCLUSÃO

É necessário mais estudo colaborativo. A Comissão reconhece o valor do debate saudável e estudo em profundidade em relação a esta doutrina fundamental sobre a expiação. No

entanto, esse diálogo deve estender-se para além de aspectos estritamente seleccionadas e abranger a sua vasta gama de significado. Deve ser seguida investigação com o intuito de enriquecer a confissão da nossa Igreja através da sua maior compreensão da obra graciosa de salvação de Deus.

Uma vez que a Igreja do Nazareno abraça a expiação na sua totalidade, a Comissão incentiva a mais diálogo e estudo por parte dos seus membros com mentes teológicas. Isto exige um discernimento académico e reverente entre as imagens de expiação expressas pelos escritores bíblicos, sob a inspiração do Espírito, e as teorias, muitas vezes falhas, que os pensadores cristãos posteriores associaram a elas.

Foi expressa a preocupação de que o papel da cruz e da expiação merece maior ênfase do que normalmente recebe. Espera-se que explorações novas sobre o amor de Cristo possam infundir a Igreja com maior vigor e servir como um catalisador que congregue toda a Igreja a cumprir a Grande Comissão.

Assim, a Comissão recomenda que a Assembleia Geral de 2013 convoque as várias instituições da Igreja do Nazareno para organizar e produzir estudos, conferências e escritos destinados a expor o conceito de expiação, enriquecendo desta maneira a compreensão e fé da Igreja.

AFIRMAÇÃO

Queremos afirmar que a doutrina leva necessariamente à vida prática, a ortodoxia deve traduzir-se em ortopraxia. O estudo académico é uma ajuda para a fé e vida do Corpo dos crentes. Somos chamados a viver pelo Evangelho de Cristo como a expressão insondável do amor santo de Deus. Enquanto os académicos estudam estas grandes verdades, a Igreja é responsável por viver pela luz que temos agora. Os wesleyanos têm sempre sido um povo com soteriologia prática, de coração e vida, e profunda preocupação pelos ministérios de evangelismo e compaixão.

Ao falar sobre a morte de Cristo e a expiação, a Bíblia revela a realidade da graça que reconciliou uma humanidade alienada de Deus, trazendo-nos à paz com Deus, e, assim, tornando-nos parte da nova criação (Efésios 2:14-16, Colossenses 1:19-22). Sem perder o ritmo, a Escritura afirma que Cristo derrubou o muro de separação entre os povos, tornando-os um, e assim exorta a Igreja a viver esta vida e ministério de reconciliação em sua plenitude (Efésios 4:1-6, 2 Coríntios 5: 14-15, 17-21).

Consequentemente desafiamos as nossas igrejas locais a atender a uma dupla tarefa: crer que a morte de Cristo reconciliou o homem, e viver a vida de um povo reconciliado pela graça. Paz com nosso Deus e Pai molda a nossa vida de oração corporativa, que, por sua vez, toca tanto o mundo visível como o invisível, fortalece nossa vontade de perdoar um ao outro, e motiva a nossa forma de compartilhar os nossos bens e as nossas vidas. Ela também nos torna embaixadores de Cristo que evangelizam no mundo (2 Coríntios 5:20), e pacificadores (Mateus 5:9) falando com

uma voz profética.

A declaração Capte Town Commitment [Compromisso da Cidade do Cabo] merece toda a nossa atenção e empenho, quando diz:

Reconciliação com Deus e uns com os outros é também o fundamento e motivação para buscar a justiça que Deus exige, sem a qual, diz Deus, não pode haver paz. A reconciliação verdadeira e duradoura requer o reconhecimento do pecado passado e presente, o arrependimento diante de Deus, a confissão ao que foi magoado, e a busca e aceitação de perdão. Ela também inclui o compromisso por parte da Igreja pela busca de justiça ou reparação, se for o caso, para aqueles que foram prejudicados pela violência e opressão.

Ansiamos por ver a Igreja de Cristo em todo o mundo, aqueles que foram reconciliados com Deus, vivendo a nossa reconciliação um com o outro e comprometidos com a tarefa e desafio da pacificação bíblica em nome de Cristo.¹⁸

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO REQUERENDO UMA RESOLUÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL DE 2013 PARA MUDANÇAS NO *MANUAL*

A Comissão de Estudo das Escrituras (SSC) recomenda o seguinte, que exige uma mudança no *Manual da Igreja do Nazareno*, e é apresentada como uma resolução individual à Assembleia Geral de 2013, através de uma comissão legislativa:

NOTA: UMA REFERÊNCIA LEGISLATIVA É INSERIDA A NEGRITO AO LADO DA RECOMENDAÇÃO E É REFERIDA À RESPECTIVA COMISSÃO.

RECOMENDAÇÃO N.º 1 DA COMISSÃO DE ESTUDO DAS ESCRITURAS:

1. Artigos de Fé (JUD-2- Comissão Judicial Especial)

RESOLVIDO que um novo paragrafo seja adicionado ao *Manual* como segue:

As resoluções para a Assembleia Geral sobre os Artigos de Fé (parágrafos 1-22) serão remetidas para a Junta de Superintendentes Gerais para a revisão de um grupo de teólogos, que reflecta a natureza mundial da igreja. A comissão apresentará, com quaisquer recomendações ou resoluções, suas conclusões à Assembleia Geral subsequente.

AINDA RESOLVIDO que, se adoptada, esta resolução seja colocada na seção de

¹⁸ *The Capte Town Commitment: A Confession of Faith and a Call to Action* [O Compromisso da Cidade do Cabo: Uma Confissão de Fé e uma Chamada à Acção] (The Lausanne Movement, 2011).

Constituição do *Manual da Igreja do Nazareno*.

RAZÕES:

1. Os Artigos de Fé envolvem as posições doutrinárias essenciais da Igreja do Nazareno.
2. Mudanças nos nossos Artigos de Fé devem exigir estudo deliberado e abrangente por indivíduos qualificados, incluindo teólogos que reflectam a natureza mundial da nossa denominação
3. Este estudo deverá ocorrer antes de qualquer acção tomada por uma Assembleia Geral.
4. A Assembleia Geral subsequente terá o benefício deste estudo, juntamente com quaisquer recomendações ou resoluções bem pesquisadas, se necessário, para ajudar a orientar a sua decisão.
5. Colocar esta resolução dentro da Constituição garante que, tal como os Artigos de Fé, não estaria sujeita à votação da uma única Assembleia Geral.

Respeitosamente submetida,
Comissão de Estudo das Escrituras

Thomas King, Presidente

Alexander Varughese, Secretário